



## Controle Legislativo da Administração Pública

### Autor(es)

Stênio Ribeiro De Oliveira

Pedro Batista Peixoto Da Silva

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

### Introdução

Este estudo analisa o controle legislativo da administração pública no Brasil, instrumento essencial para assegurar a legalidade, legitimidade e eficiência da gestão estatal. Por meio das funções de fiscalização e controle, o Poder Legislativo exerce papel de

contrapeso em relação ao Executivo, utilizando ferramentas como a apreciação de contas, convocações de autoridades, CPIs e a atuação dos Tribunais de Contas. A pesquisa examina fundamentos constitucionais, doutrina e casos práticos que demonstram a relevância desse mecanismo para a accountability democrática. A Constituição de 1988 consagra a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial como atribuição do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas. Essa prerrogativa garante a supremacia do interesse público, funcionando como limite à discricionariedade administrativa.

### Objetivo

Discutir a importância do controle legislativo da administração pública, analisando suas modalidades, mecanismos e desafios contemporâneos.

### Material e Métodos

Pesquisa bibliográfica em doutrina clássica de Direito Administrativo, especialmente em obras de Meirelles, Di Pietro e Bandeira de Mello. Realiza-se levantamento de dispositivos na Constituição Federal de 1988 e em legislação infraconstitucional correlata. Além disso, procede-se à análise de relatórios do Tribunal de Contas da União e de dados obtidos em Comissões Parlamentares de Inquérito do Poder Legislativo brasileiro.

### Resultados e Discussão

O estudo identificou que, embora o controle legislativo seja garantido pela Constituição, sua efetividade depende da autonomia dos parlamentares, da atuação técnica e independente dos Tribunais de Contas e da constante pressão da sociedade civil. Casos recentes de CPIs evidenciam sua importância como instrumento de fiscalização, mas também revelam limites e fragilidades impostos por interesses políticos.

### Conclusão



O controle legislativo é indispensável para assegurar transparência e probidade administrativa, devendo ser fortalecido por meio de maior capacitação técnica, autonomia dos órgãos auxiliares e engajamento social.

## Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Forense, 2022
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Malheiros, 2023.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. Malheiros, 2022.
- TCU. Relatórios de Atividades. Brasília, 2023.